

Arquivo JB



Ministro Iram Saraiva diz que os objetivos não foram cumpridos

DF. SAÚDE

TCU manda Secretaria de Saúde devolver dinheiro

Cerca de R\$ 450 mil eram para ser usados em hospital de Santa Maria

**ANDRÉ CARRAVILLA
SÉRGIO PARDELLAS**

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, no último dia 13, que a Secretaria de Saúde do DF devolva os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para a construção de um hospital em Santa Maria, cidade-satélite de Brasília localizada a 35 quilômetros do centro da capital.

De acordo com relatório do Ministério da Saúde, de maio a novembro de 2000, a União transferiu R\$ 450 mil para os cofres do GDF, mas os recursos não foram utilizados para a construção das instalações hospitalares daquela região.

O FNS constatou "irregularidades, impropriedades e morosidade" durante execução do convênio firmado entre a Secretaria de Saúde e o ministério em dezembro 1999. Os recursos, que deveriam ser utilizados para dar "apoio financeiro à construção do hospital", teriam sido aplicados na elaboração do projeto arquitetônico. A obra estava orçada em R\$ 13 milhões.

- O dinheiro repassado não daria para construir um hospital. Os recursos foram usados para o projeto - confirmou o subsecretário de Saúde, Mário Sérgio Nunes, que estranhou o fato de a Secretaria ainda não ter sido informada da decisão, apesar de ter sido publicada no Diário Oficial da União.

Segundo o relatório, "os recursos financeiros transferidos pelo governo federal, foram inseridos no orçamento distrital, publicado em 29 de dezembro de 2000". As verbas foram aplicadas no mercado financeiro. Ao analisar os extratos, o corpo técnico do FNS comprovou que, entre janeiro e agosto de 2002, as operações resultaram em um ganho de R\$ 45 mil e uma perda de R\$ 8 mil.

Em seu voto, o relator, ministro Iram Saraiva, informou que "o objetivo de construir o Hospital não foi cumprido". Saraiva disse que GDF "não havia apresentado até o período da auditoria a prestação de contas dos recursos recebidos".

Embora o cronograma de de-

sembolso previsse a transferência em duas parcelas, os recursos da União foram repassados à Secretaria em cinco prestações de R\$ 90 mil. O GDF assumiu o compromisso de contribuir com R\$ 50 mil. Técnicos do FNS afirmaram que o restante dos recursos destinados à construção do hospital viriam de outros convênios firmados com o governo local.

Dinheiro da obra foi transferido pelo Fundo Nacional de Saúde

O FNS reconhece que a licitação para construir o hospital, que ficaria em uma das regiões mais carentes do DF, foi iniciada em outubro de 2001, com a abertura das propostas no mês seguinte. Contudo, a Secretaria revogou a toma-

da de preços por ter desclassificado todas as firmas que participaram do processo.

O GDF entendeu que nenhuma das empresas cumpria os requisitos técnicos para tocar a obra. Uma das empresas, moveu uma ação contra a Secretaria contestando a decisão.

*carravilla@jb.com.br
pardellas@jb.com.br*